



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 56
Março – 2005

S U M Á R I O

2 *A cúpula de Brasília*

Amado Luiz Cervo

4 *A política externa de João Paulo II*

Virgílio Arraes

9 *Concentração da renda e desigualdades:
a anti-globalização tem razão?*

Paulo Roberto de Almeida

11 *O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas*

José Flávio Sombra Saraiva

15 *O crescimento dos programas de pós-graduação
em Relações Internacionais no Brasil*

Antônio Carlos Lessa

17 *As Viagens de Rice*

Cristina Soreanu Pecequilo

Resenha

20 *Protecting Foreign Direct Investment:
Implications of a WTO Regime and Policy Options*

Renato Barros de Aguiar Leonardi

A política externa de João Paulo II

Virgílio Arraes*

Dois objetivos centrais permearam a atuação tanto administrativa bem como espiritual do Papa João Paulo II em seu pontificado de mais de um quarto de século: a extinção dos regimes comunistas no Leste europeu, sem descurar de críticas ao capitalismo principalmente em função do tratamento reservado aos mais desfavorecidos, e a preparação da Igreja Católica para o século XXI, com o estímulo ao ecumenismo e a solicitação de perdão perante o mundo pelos erros da instituição no passado – em 2000, ele havia afirmado a necessidade da purificação da memória dos fiéis em relação aos equívocos de outrora.

A sua indicação para ser o ducentésimo sexagésimo quarto sucessor de São Pedro havia sido inesperada, tendo em vista ser polonês, após mais de quatro séculos e meio de papas de origem italiana, e não tão idoso – sua idade, à época com 58 anos, encontrava-se abaixo da média dos últimos papas, de forma que contrastaria a já tradicional imagem de uma monarquia gerontocrática – dos últimos papas, apenas Pio IX fora mais novo ao tempo da eleição, aos 54 anos em 1846.

Sob determinada perspectiva, a sua escolha poderia ser interpretada como um sinal da possibilidade futura, ainda que acanhada, de deseuropeização da Igreja Católica, cuja base de fiéis, que ultrapassa pouco mais de um bilhão, é mais significativa atualmente no 3º Mundo, em especial na América Latina, que ainda representa quase a metade da totalidade de seus adeptos, não obstante o recente crescimento das religiões neopentecostais.

Já em sua terra natal, a sua trajetória burocrática seria meteórica: com apenas 38 anos, ele havia sido nomeado Bispo Auxiliar de Cracóvia, uma das principais cidades do país. Seis anos depois, seria

alçado à titularidade do Arcebispado até receber o chapéu cardinalício do Papa Paulo VI em 1967, apesar de não ter-se destacado tanto no Concílio Vaticano II poucos anos antes.

Do ponto de vista teológico, ele havia sido considerado pertencente ao campo conservador, porém a favor da descentralização, ou seja, da maior autonomia das igrejas locais no cotidiano de sua administração eclesial, com as missas, por exemplo, sendo rezadas em vernáculo. Em seu cerne, a colegialidade haveria de reforçar o papel das conferências nacionais de bispos.

Sucessor de João Paulo I, detentor do mais curto pontificado da história, ele seria eleito depois apenas do segundo escrutínio e simbolizaria, de certo modo, o retorno a uma política universal da Igreja em todos os seus amplos aspectos, dado que a prévia aproximação da instituição com assuntos essencialmente italianos havia sido considerada excessiva para muitos de seus observadores: a família de Paulo VI, por exemplo, possuía vínculos estreitos com a democracia cristã do país.

Nesse sentido, um pontífice do Leste europeu trazia consigo sinais inerradicáveis de mudança de postura na área de política internacional: em seu discurso inaugural, o Papa faria questão de saudar os fiéis em vários idiomas, inclusive em lituano e ucraniano, língua de nações historicamente opostas ao comunismo, porém atreladas territorialmente à União Soviética.

Não se pode esquecer dos seus vínculos com o Cardeal Dom Stefan Wyszyński (1901-81), Primaz da Polônia, ferrenho anticomunista e defensor intransigente do direito de exercício de liberdade religiosa. Enfatize-se que, ao longo da história do país, catolicismo e nacionalismo identificar-se-iam

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), mestre e doutorando em História das Relações Internacionais pela mesma universidade.

fortemente, como contraponto à presença e ameaça constante de uma Prússia/Alemanha protestante e de uma Rússia Ortodoxa.

A repelência ao comunismo traria em seu âmago reflexos imediatos e duradouros por todo o mundo. Na América Latina, tal sinal se faria mais visível de forma que a chamada teologia da libertação, por ser considerada assaz próxima da doutrina socialista, mesmo se utilizada contra as violentas ditaduras militares do período, seria veementemente refutada e seus adeptos/ simpatizantes seriam punidos ou isolados.

De início, a perspectiva de estimular o processo de colegialidade não aconteceria, sendo, por conseguinte, enfatizada a centralidade do poder pontifício, reiterada desde o Concílio Vaticano I, em 1870, por meio da infalibilidade papal. Em 1993, na encíclica *Veritatis Splendor* (O esplendor da verdade), o Papa justificaria o seu posicionamento concentrador/ unificador:

“Se a convergência e os conflitos de opinião podem constituir expressões normais da vida pública, no contexto de uma democracia representativa, a doutrina moral não pode certamente depender do simples respeito por um tal processo; ela, de fato, não é absolutamente estabelecida, seguindo as regras e as formas de uma deliberação de tipo democrático. A *discordância*, feita de interesseiras contestações e polêmicas através dos meios de comunicação social, é *contrária à comunhão eclesial e à reta compreensão da constituição hierárquica do Povo de Deus*. Na oposição aos ensinamentos dos Pastores, não se pode reconhecer uma legítima expressão da liberdade cristã nem da diversidade dos dons do Espírito”. (http://www.vatican.va/edocs/POR0072/_INDEX.HTM).

De uma perspectiva geográfica, ao menos a diversificação ocorreria, visto que menos da metade do colégio cardinalício pertence atualmente à Europa Ocidental. Quanto ao laicato, aplicaram-se, *mutatis mutandis*, as mesmas restrições centralizadoras, estendidas naturalmente também à atuação das mulheres – tal situação agravar-se-ia em 1994 em face

da aprovação da Igreja Anglicana em ordená-las. A reação da Santa Sé seria a de reafirmar a primazia masculina do prisma teológico e histórico.

Previamente estimulados pelo ambiente de abertura surgido do Concílio Vaticano II (1962-65), inúmeros religiosos e teólogos, de súbito, encontraram-se diante de uma nova postura, mais contida em relação a novas reflexões acerca do relacionamento entre a Igreja e o mundo contemporâneo. Assim, perante a confirmação do teor de seus posicionamentos, vários haveriam de sofrer diferentes gradações em torno de punições – de admoestações a suspensões – aplicadas pela Santa Sé, por meio da Congregação para a Doutrina da Fé, outrora Santo Ofício.

Dentre os brasileiros apenados, três sobressaem: frei Leonardo Boff, um dos expositores da teologia da libertação, a freira Ivone Gebara e o Bispo de São Félix, Dom Pedro Casaldáliga. Outrossim, não se pode deixar de citar Dom Paulo Evaristo Arns, cuja diocese de São Paulo seria dividida em quatro, e Dom Hélder Câmara, ambos simpatizantes da chamada Igreja dos Pobres e desprestigiados no último pontificado.

Contudo, os casos mais célebres haviam sido os do alemão Hans Küng e do norte-americano Charles Curran: os dois seriam proibidos de lecionar teologia em faculdades católicas. Em relação ao primeiro, houve a presença do questionamento relativo à infalibilidade papal; quanto ao segundo, houve a controvérsia relacionada ao teor de uma das encíclicas de Paulo VI, a *Humanae Vitae* (Da vida humana), em que se critica a proibição da utilização de meios contraceptivos durante o casamento.

Por outro lado, pôde promover a renovação do colégio cardinalício, ao conferir-lhe talhe conservador. Dos 117 cardeais aptos a votar, apenas três remanescem da gestão de Paulo VI, sendo um deles Dom Joseph Ratzinger, da Congregação para a Doutrina da Fé, e um dos mais próximos colaboradores de João Paulo. Quase 500 canonizações e 1500 beatificações, algumas delas polêmicas, postos os perfis conservadores, de Josemaria Escrivá, fundador da Opus Dei, e de Pio XII. O total supera todos os

seus antecessores desde o fim do Concílio de Trento, em 1563. Saliente-se, contudo, que muitas delas dirigiram-se aos países do 3º Mundo.

De todo modo, graças a sua presença marcante ao longo de seu mandato e imagem de sofrimento no fim da vida, João Paulo II não é lembrado pelos fiéis, de modo geral, por tais atitudes severas, mas sim por ser, entre outros aspectos, um chefe da Igreja extremamente midiático – havia sido ator em sua juventude – ao tornar-se, por exemplo, o estadista mais noticiado da história. Um dos pontos de tal característica havia sido o hebdomadário Time ofertar-lhe o título de Homem do Ano em 1994, afora inúmeras capas ao longo de sua gestão.

Ademais, seu carisma, auxiliado pela fluência em diversos idiomas, inclusive latim, havia-lhe granjeado mais simpatia de seus fiéis ao poder falar com boa parte deles em seus idiomas. Embora fosse considerado mais um papa pastoral que teologal, estivera em condições de participar plenamente dos debates intelectuais internos da instituição.

Em sua juventude, ele havia concluído dois doutorados: um em filosofia na Universidade Angelicum, na Itália; o outro em teologia na Universidade Jagelônica, na Polônia. Nos anos 50, seria professor de filosofia do Seminário de Cracóvia e, posteriormente, da Universidade Católica de Lublin. Como Sumo Pontífice, publicaria uma gama de documentos – só encíclicas foram 14 – por meio dos quais se pronunciaria sobre aspectos tanto estritamente teológicos bem como seculares, como forma de contraposição aos valores assaz materialistas do mundo moderno.

Sua opção pela centralidade política e teológica, somada ao carisma e desembaraço perante os meios de comunicação, proporcionar-lhe-ia a oportunidade de executar a diplomacia pontifical cujo objetivo havia sido a renovação da evangelização católica. Graças a sua compleição atlética – abalada parcialmente após o atentado de maio de 1981 que quase lhe custa a vida, após dois meses e meio de internação – empreenderia, de modo incansável, mais de uma centena de viagens a 129 países. Dois anos e meio

depois, assombraria o mundo ao perdoar pessoalmente Ali Agca, condenado à prisão perpétua por sua tentativa de assassinio. Indultado em 2000, cumpre atualmente pena na Turquia por homicídio.

Nos últimos tempos, sua fragilidade física havia sido mais que visível: em maio de 2002, em viagem à Bulgária e Azerbaijão, a despeito de assessoramento permanente, mal havia conseguido movimentar-se e comunicar-se. Uma de suas frustrações foi não ter podido ir à Rússia, por oposição da Igreja Ortodoxa, China, com cujo Estado o Vaticano não mantém relações diplomáticas desde os anos 50 por causa da ingerência governamental na Igreja Católica, e Iraque, onde pretendia visitar o local suposto de nascimento de Abraão, mas temeu possíveis manipulações políticas em relação ao real significado de sua viagem.

Ao lado do anticomunismo, sua pregação havia sempre incluído a paz, a justiça – abordados em seu primeiro discurso na Organização das Nações Unidas (ONU) em outubro de 1979 – e a santidade da vida, a qual, para ele, se opunha à difusão excessiva da denominada cultura da morte, cujo âmbito ia desde o genocídio e limpeza étnica, na arena internacional, até o aborto, pena de morte e eutanásia, no âmbito individual. Na sua perspectiva, o direito à vida era fundamental e universal.

Com o fim do socialismo real na Europa, suas críticas ao capitalismo foram enfatizadas, ao referir-se à inclinação contemporânea de considerar o lucro e a eficiência como parâmetros de sucesso individual. Em seu modo de ver, isto encorajaria a alienação individual, a desintegração da família e o abandono dos antigos padrões de comportamento social. Sem a prevalência de princípios morais basilares, as relações sociais tornar-se-iam mais e mais objetos de mera mercantilização ou de presente mesquinhez.

Entretanto, se a cruzada político-espiritual contra os aspectos negativos do comunismo havia obtido amplo apoio e lograria êxito incontestável, a empreendida contra os malefícios do capitalismo – ausência de justiça social e neoliberalismo – não repercutiria do mesmo modo. Destarte, o peso da autoridade espiritual e cultural de seu pontificado não

reverberaria certamente com a mesma intensidade no lado ocidental, ainda que houvesse certa ressonância em setores conservadores quanto a questões comportamentais.

Na área específica da política internacional, João Paulo estabeleceu relações diplomáticas com 83 países – dentre os quais os Estados Unidos em 1984 e a União Soviética, em fase final, em 1990 – chegando a 174 Estados – além do relacionamento com a Ordem de Malta e Autoridade Nacional Palestina para que defendeu o estabelecimento de um Estado palestino, além da internacionalização de Jerusalém, como forma de preservar o acesso irrestrito aos locais considerados sagrados pelos fiéis das três religiões monoteístas.

No início do pontificado, mediu com êxito a disputa entre Argentina e Chile – à época, duas ditaduras militares – pelo canal de Beagle, após a recusa platina da sentença arbitral britânica a seu desfavor. A princípio, solicitou o acompanhamento do caso por parte de seus núncios – Pio Laghi e Ângelo Sodano, futuro Secretário de Estado. Posteriormente, enviaria o Cardeal Dom Antônio Samorè para exercer os bons ofícios em seu nome. Arrefecida a tensão militar, haveria espaço para novas negociações que seriam encerradas em novembro de 1984 com um

acordo entre os dois países, cuja assinatura ocorreria no próprio Vaticano com o Secretário de Estado, Dom Agostino Casaroli, de testemunha.

Opor-se-ia severamente às duas Guerras do Golfo (1991 e 2003) e manifestaria pesar e solidariedade aos Estados Unidos quando do atentado terrorista de 2001. Na região balcânica da Europa, repudiaria a limpeza étnica dos sérvios em relação aos bósnios, reconheceria de pronto a independência da Croácia, e denunciaria os bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Guerra do Kôsovo em 1999.

Ademais, solicitaria o fim do embargo econômico contra Cuba e das sanções das Nações Unidas contra o Iraque, após a primeira versão do confronto, porquanto as sanções usualmente atingem mais a população que suas elites político-econômicas. Destaque-se que também solicitaria o perdão da dívida externa dos países pobres pelos mais ricos. A África do Sul apenas seria visitada após o fim do regime do apartheid.

Sua postura ecumênica fê-lo aproximar-se de diversas religiões, em especial dos adeptos do judaísmo, postura iniciada ainda com João XXIII: em 1986, João Paulo havia sido o primeiro papa a visitar uma sinagoga e lá rezar com um rabino enquanto,

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

em 94, o Vaticano terminaria por estabelecer relações diplomáticas com Israel. Em 1999, publicar-se-ia documento em que se mencionaria o malogro da Igreja em deter as políticas genocidas do nazismo durante a II Guerra Mundial. Em 2000, o Papa visitaria Israel.

Em relação às outras, em 2001, durante uma visita à Síria, tornar-se-ia o primeiro pontífice a entrar em uma mesquita. Ainda em 1986, ele convidaria diversos líderes religiosos, inclusive de credos não cristãos, para um culto em Assis, na Itália. Dentre os comparecentes, registre-se a presença do Dalai Lama e do Arcebispo da Cantuária, da Igreja Anglicana.

No entanto, mesmo sob a influência significativa de suas origens culturais, ele não conseguiu concluir um de seus grandes desafios: a reconciliação com a Igreja Ortodoxa, fruto do Grande Cisma, de 1054.

Como já mencionado, não obstante ter viajado a países majoritariamente ortodoxos como Romênia, Grécia, Bulgária e Ucrânia, sua ida a Rússia não havia sido possível por divergências paradoxalmente religiosas, não mais políticas como ao tempo da Guerra Fria. Em vão, aguardou um convite do Patriarcado de Moscou, apesar das inúmeras tentativas de aproximação – a última em 2003.

Por fim, a despeito do enorme prestígio pessoal que havia acumulado ao longo de mais de um quarto de século de pontificado, a influência real da Igreja Católica, após o fim do socialismo de Estado, foi bem menos considerável, notadamente nos países do 1º Mundo tanto política como religiosamente, de sorte que os dilemas da instituição no século XXI apresentam-se sobremodo desafiadores, ou seja, um novo *aggiornamento* far-se-á necessário.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet* – *Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2005 *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais* – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.